

Institucionalização do ensino estatal de Contabilidade em Portugal, com particular saliência para a acção do Marquês de Pombal

Miguel Gonçalves

Polytechnic of Coimbra, Coimbra Business School Research Centre | ISCAC, Coimbra, Portugal

Resumo

O estudo procura dar a conhecer uma visão de conjunto das principais medidas estatais tomadas na área do ensino em Portugal no período de tempo 1759-1772, em especial as implementadas no sector do ensino comercial e contabilístico. Tem por objetivo responder às questões ‘o que aconteceu?’, ‘onde aconteceu?’ e por intermédio de ‘quem?’ se produziu o acontecimento. A historiografia da implementação da educação estatal em Portugal atribui por norma um papel de destaque a um governante: o Marquês de Pombal (1699-1782). Este artigo fornece uma revisão da literatura cujo tema principal consiste em testar esse indício e, complementarmente, indagar sobre a primeira área de atuação do seu governo (1750-1777), em termos cronológicos. Ao fazê-lo, problematiza a contribuição específica dada pelo Marquês de Pombal. Este governante funcionou como um agente dominador que, coercivamente, extinguiu o quase-monopólio de ensino jesuítico, estando assim na origem do sistema educativo nacional. Baseada em pressupostos caraterísticos da investigação qualitativa e interpretativa, a comunicação segue uma narrativa descritiva e tradicional, apoiada em fontes secundárias, maioritariamente análise de textos e documentos, mas também primárias, ambas no essencial colhidas na Biblioteca Nacional de Portugal. O artigo conclui que a institucionalização do ensino público estatal em Portugal atribui-se-lhe com propriedade e que a sua primeira área de intervenção em Portugal registou-se no sector da educação comercial e contabilística, por intermédio da criação em Lisboa da Aula do Comércio (1759), meses antes da fundação de escolas primárias em algumas comarcas do reino e domínios ultramarinos. A pesquisa também explora os principais aspetos políticos, económicos e sociais que em 1759 estiveram na origem da rutura do paradigma que levou à substituição da Igreja Católica (em especial a Companhia de Jesus) pelo Estado como agente responsável pela educação em Portugal.

Palavras-chave: História da Contabilidade; Ensino da Contabilidade; Século XVIII; Pombal.

Abstract

This paper seeks to present an overview of key state measures taken in education in Portugal from 1759 to 1772, in particular those implemented in the sector of the commercial and accounting education. It aims to answer three questions: ‘what happened?’, ‘where it happened?’, and through ‘whom?’ the events took place. The historiography of the implementation of state education in Portugal normally assigns a prominent role to a ruler: the Marquis of Pombal (1699-1782). This article provides a literature review whose main theme is to test this evidence and, in addition, inquire about the first area of operation of his government (1750-1777). In doing so, this study explores the specific contribution of the Marquis of Pombal. This statesman served as a dominant agent, extinguishing the Jesuits near-monopoly system of education, thus being in the origin of the national public education system. Based on qualitative and interpretive research assumptions, the paper follows a descriptive and traditional narrative, based on secondary sources, mostly analysis of texts and documents, but also primary sources, both collected in the National Library of Portugal. The article concludes that the institutionalization of state public education in Portugal can be attributed to Pombal properly and that his first area of intervention in Portugal was in the commercial and accounting education sector, through the creation of the Portuguese School of Commerce (1759), months before the foundation of primary schools in some judicial districts of the kingdom and overseas areas. The research also explores the main political, economic and social aspects that led in 1759 to the replacement of the Catholic Church (especially the Jesuits) for the State as the agent responsible for the education in Portugal.

Keywords: Accounting History; Accounting Education; 18th Century; Pombal.

1 Introdução

O assunto específico desta comunicação prende-se com a emergência/origem do sistema educativo público em Portugal. Mais concretamente, a principal ideia do artigo centra-se nas reformas do ensino promovidas pelo Marquês de Pombal no século XVIII, circunscrevendo-se a baliza temporal desta contribuição à atuação do governante entre o período de 1759 a 1772.

A comunicação explora o Portugal setecentista no sentido de perceber quais foram as áreas de educação intervencionadas por uma das figuras mais marcantes da sociedade portuguesa, o Marquês de Pombal. Em simultâneo, o objetivo também é o de confirmar se, de facto, a historiografia do ensino público português atribui a Pombal¹ o papel de agente institucionalizador do ensino estatal em Portugal. Em suma, as questões de pesquisa que propomos tratar são: ‘o que aconteceu?’; ‘onde aconteceu?’ (quais as áreas de intervenção); e ‘quem?’ (qual o responsável pelo(s) acontecimento(s)) (veja-se Yin, 2009, p. 8).

Este artigo pretende contribuir para a literatura de três maneiras interligadas. Por um lado, procura aumentar os estudos sobre a emergência dos modernos sistemas educativos estatais, em especial o caso português. De outra parte, procura contribuir para o aumento do conhecimento associado à contribuição específica dos principais atores causadores da mudança de paradigma no que respeita à instituição do ensino público e oficial em Portugal. Por último, o artigo intenta perceber se especificamente a contabilidade representou um campo de saber alvo da preocupação do poder público, fazendo assim parte da relação das áreas de ensino intervencionadas em Portugal no início da segunda metade do século XVIII.

A procura pelas origens tem sido tema de debate epistemológico, havendo autores que expressam preocupação com aquilo que, por exemplo, no seio da comunidade de historiadores tradicionais da contabilidade, consideram ser uma fixação excessiva por questões relacionadas com a paternidade de acontecimentos (cf. Hopper e Armstrong, 1991, p. 405). Não se ignora esta apreciação, mas acredita-se que as pesquisas históricas de uma área de saber são instrumentais, porque permitem compreender melhor o presente e servem também para testar afirmações sobre o passado (Keenan, 1998, p. 643), um dos objetivos prosseguidos pelo desenvolvimento deste estudo.

O assunto escolhido tem interesse, porque são escassos os temas de investigação histórica estudados em Portugal no ensino superior de Contabilidade em Portugal, tanto mais quanto se confia em que uma disciplina apenas começa a solidificar-se e a granjear reputação na academia quanto mais se sabe dos seus fundamentos e premissas históricas. Por norma, sempre que a literatura de uma área de saber começa a centrar a sua atenção na componente histórica da disciplina isso representa um sinal de amadurecimento científico. O *paper* também apresenta interesse e utilidade, na medida em que fornece informação contextual sobre as motivações para a instituição e génese do sistema educativo estatal em Portugal.

Em qualquer domínio de conhecimento científico, a pesquisa representa um esforço organizado para investigar problemas e responder a questões (Flesher e Samson, 1990, p. 1). Para a concretização das respostas às questões iniciais formuladas, usa-se a como estratégia a narrativa, a qual é composta por um tema e por um argumento (cf. Stone, 1979, p. 4). Este estudo enquadra-se neste âmbito, porque assume que a narrativa nele contida reflete a organização de dados expostos em ordem cronológica cujo conteúdo está focado na descrição de uma história única e coerente, embora possa haver sub-histórias (ver Stone, 1979, p. 3).

¹ Ao longo do texto, usaremos indistintamente a designação Pombal para nos referirmos ao líder do governo de D. José no período de 1750 a 1777, sem prejuízo da nomenclatura nem sempre corresponder a épocas da sua vida em que efetivamente era conhecido por esse nome. Oficialmente, Sebastião José de Carvalho e Melo foi outorgado com o título de Marquês de Pombal apenas em 1770 (Serrão, 1982, p. 157).

Para tanto, organizámos o trabalho em seis secções. Assim, após a introdução, a segunda secção cuida de fornecer ao leitor os principais passos metodológicos tomados no decurso da investigação. A terceira secção trata de prover uma panorâmica geral sobre como era encarada em Portugal a obrigação de ensinar e de educar e a quem pertencia esta responsabilidade antes da entrada em cena do governo quase pessoal de Pombal, corria o ano de 1750. Na oportunidade da quarta secção, tecem-se referências ao contexto político, económico, social e educativo referente aos primeiros anos do consulado pombalino (1750-1760). A rutura de paradigma, ou seja, a institucionalização da educação e do ensino estatal em 1759, estuda-se detalhadamente na quinta secção, a mais desenvolvida do artigo. Por último, sistematizam-se as conclusões, as contribuições teórico-práticas para a sociedade e as limitações do trabalho, bem como se antecipam possíveis linhas de investigação futura.²

2 Metodologia e método

Uma primeira palavra de salvaguarda sobre a perspetiva metodológica da comunicação. A realidade histórica não se constrói por um observador neutral e submisso; a história é sempre, até certo ponto, uma construção do autor (Hespanha, 1982, p. 7).³

O protocolo metodológico utilizado no desenvolvimento da pesquisa considerou os seguintes três pilares, seguindo Raupp e Beuren (2006): a) quanto aos objetivos, descritiva; b) quanto aos procedimentos, bibliográfica; e c) quanto à abordagem do problema, qualitativa. A pesquisa descritiva traduz-se num estudo intermediário entre a pesquisa exploratória e a explicativa, a bibliográfica é desenvolvida especialmente mediante material já trabalhado, ou seja, fontes de evidência secundárias, principalmente livros e artigos científicos e/ou profissionais, e a investigação qualitativa é aquela que não recorre a instrumentos estatísticos (Raupp e Beuren, 2006, pp. 79-92).

Este estudo confirma, por conclusões observáveis posteriormente, duas das características restritivas de estudos qualitativos: ele é interpretativo e empático (cf. Stake, 2012, p. 62). Interpretativo, por uma parte, porque está orientado para o facto de a investigação ser uma interação investigador-sujeito e empático, por outra, porque presta atenção à intencionalidade dos atores intervenientes no objeto em análise (Stake, 2012, p. 62). Cumpre também lembrar que, por natureza, a investigação qualitativa é subjetiva (Stake, 2012, p. 60) e que toda a investigação depende da interpretação (Stake, 2012, p. 56). Por outro lado, a investigação qualitativa revela-se útil para o estudo da contabilidade como símbolo implicado no processo de construção social (Covaleski e Dirsmith, 1990, p. 544).

No que respeita ao método, isto é, a técnica específica de recolha de dados (Silverman, 2001), uma vez que o que aqui tratamos relaciona-se com um passado (relativamente) longínquo, aceita-se que o estudo se confine essencialmente a um único método de investigação qualitativa (Vieira, Major e Robalo, 2009, p. 135) – a técnica de pesquisa conhecida na literatura como ‘análise de textos e documentos’ (Wolff, 2004, pp. 284-290; Flick, 2009, pp. 257-260;

² Importa esclarecer que, naquilo que respeita ao protocolo de referenciação, se a citação não for absolutamente textual, a indicação da(s) página(s) consultada(s) ainda assim vem assinalada, a não ser que a ideia retirada se repita por diversas vezes ao longo dos trabalhos em questão, caso em que se assinala apenas o ano de edição da obra.

³ A construção desta secção apoia-se em Gonçalves e Marques (2011, p. 4) e em Gonçalves, Lira e Marques (2013, p. 146).

Vieira *et al.*, 2009, pp. 140-141; Stake, 2012, p. 84), ou, na conceção de Yin (2009, p. 8), análise de arquivo. De acordo com Yin (2009, pp. 8-11), este método é particularmente apropriado sempre que estiverem reunidas três condições: (1) se as questões de investigação colocadas disserem respeito a ‘o que aconteceu?’, ‘onde aconteceu?’ e ‘quem foi o responsável?’; (2) se não for possível o controlo, por parte do investigador, dos eventos comportamentais dos agentes estudados; e (3) se a pesquisa for sobre acontecimentos não contemporâneos.

Os principais textos e documentos consultados cingiram-se a artigos, monografias, livros, dicionários e enciclopédias (fontes secundárias) e a legislação da época e uma carta⁴ autógrafa de Pombal (fontes primárias). Esta missiva, escrita em Londres em 19 de fevereiro de 1742, está endereçada ao Cardeal da Mota (1686-1747), conselheiro de D. João V desde 1717, feito cardeal em 1727 e que em 1742 desempenhava funções análogas às de primeiro-ministro. O estudo funda-se assim em documentação, primária e secundária, essencialmente compulsada na Biblioteca Nacional de Portugal, em Lisboa, através de consultas presenciais. A lista de referências secundárias versa sobre trabalhos realizados por autores procedentes do campo da história da educação em Portugal, a par de estudos realizados por autores do âmbito da história da contabilidade portuguesa.

3 Abordagens de ensino em Portugal antes de 1750

Tal como é do conhecimento geral, em Portugal, assim como na generalidade do resto da Europa Ocidental, o ensino como atividade organizada esteve a cargo e sob responsabilidade da Igreja Católica.

A evidência documental mais remota na qual vem mencionada e localizada uma escola é relativa ao século XI, anterior portanto à fundação da nacionalidade portuguesa, e diz respeito à Sé de Braga e à sua escola na catedral, datada do ano de 1072 (Carvalho, 2008, pp. 16-17). Durante o período de edificação de mosteiros é de salientar a ação de duas ordens religiosas: a Ordem dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho e a Ordem de Cister, de São Bernardo (Carvalho, 2008, p. 19). Estas duas congregações foram responsáveis pelos mosteiros de Santa Cruz (em Coimbra) e de Alcobaça, respetivamente, ambos conhecidos pelas suas coleções de manuscritos, mas onde também se desenvolveu uma notável atividade pedagógica.

É neste contexto de difusão cultural, corporativamente cristã e religiosa, que surgem por toda a Europa universidades devidamente certificadas pelo poder papal. Em Portugal, a criação do Estudo Geral, nome dado na época às universidades, remonta ao ano de 1290, com a confirmação de Nicolau IV por bula papal de 9 de agosto de 1290, a qual legitimou o funcionamento da respetiva instituição de ensino superior em Lisboa, criado originariamente por D. Dinis em 1288 (Mattoso e Sousa, 1997, p. 447; Carvalho, 2008, p. 49).

A par da universidade, entretanto transferida para Coimbra⁵, existiram, como contam Mattoso e Sousa (1997, p. 447), as seguintes tipologias de escolas no nosso país para os séculos XIV e XV, todas dependentes física e intelectualmente da Igreja: escolas catedrais, escolas

⁴ Esclareça-se que a correspondência em foco se encontra concretamente na *Coleção Pombalina*, disponível na sala de leitura de Reservados da Biblioteca Nacional de Portugal (códice 657 - fólios 61 a 92).

⁵ A universidade portuguesa oscilou cinco vezes entre Lisboa e Coimbra, até se fixar definitivamente em Coimbra em 1537 (Grácio, 1988, p. 22).

capitulares⁶, escolas monásticas, escolas conventuais, escolas palacianas⁷, escolas municipais, escolas paroquiais e escolas domésticas⁸.

Um facto dominante do panorama de ensino em Portugal consistiu na ação da Companhia de Jesus, fundada em Paris em 1534 por Inácio de Loyola (e mais nove discípulos). Esta organização eclesiástica enraizou-se no nosso país a partir da sua instalação em Lisboa no mosteiro de Santo Antão, em 1540, a primeira casa própria de que a companhia beneficiou no mundo (Carvalho, 2008, pp. 284-287). Foram os Jesuítas que promoveram e fomentaram a educação, chamando a si o ensino, mormente aquele ministrado nos seus colégios (Saraiva, 2003, p. 218). Criada no clima da Contra-Reforma, esta companhia vai estender a sua influência a toda a atividade pedagógica, do ensino elementar ao universitário, vindo mesmo a ter em Portugal a sua própria universidade, fundada em Évora em 1559. Os jesuítas formavam um sistema organizado de ensino, o único de que beneficiava o reino e os seus domínios ultramarinos: “a sua inserção numa rede internacional garantia a qualidade do ensino, com frequente substituição e atualização do corpo docente” (Buescu, 2012, p. 61).

A Congregação do Oratório de S. Filipe de Néri, acomodada em Portugal a partir de 1667, ocupa na história da educação em Portugal até 1750 um papel importante. Os *néris*, como eram popularmente conhecidos, desempenharam um papel preponderante no ensino durante a segunda metade do século XVIII, participando a fundo nas reformas do Marquês de Pombal (Carvalho, 2008). Em 1745, o edifício do então chamado Hospício de Nossa Senhora das Necessidades (onde é atualmente o Ministério dos Negócios Estrangeiros) foi doado à Congregação do Oratório, registando-se nessa instituição (vulgo Casa das Necessidades) uma atividade pedagógica regular (Fiolhais e Martins, 2010, p. 27).

Em 1758, a Companhia de Jesus foi implicada na tentativa de regicídio ocorrida em setembro desse ano contra o rei D. José. Pombal, um ano depois, em 1759, aproveitou esta circunstância para a expulsar do país e dos domínios ultramarinos nacionais, confiscando-lhe todos os bens, em particular as suas casas conventuais. Os inicianos eram considerados pelo governante ao serviço do gabinete de D. José como um entrave e uma força de bloqueio aos propósitos reformadores gerais que defendia para o progresso de Portugal.

Com o afastamento dos jesuítas em 1759, tornaram-se prementes alterações no sistema de ensino em Portugal, porque eram eles que asseguravam o ensino dos estudos menores (primeiras letras) e parte dos estudos maiores (ensino universitário de Évora). Entendido um sistema de educação como um aparelho ideológico do Estado (Rodrigues e Craig, 2009, p. 380), Pombal via-se agora a braços com a substituição do anterior aparelho dominante, a Igreja, devido à perda de poder e influência dos jesuítas (Rodrigues e Craig, 2009, p. 395). Em 1759, como faz sobressair Buescu (2012, p. 60), “não existia em Portugal ensino público não universitário, porquanto nunca o poder central se tinha envolvido em questões de instrução pública”.

⁶ Informam-nos Mattoso e Sousa (1997, p. 450) que estas escolas funcionavam em colegiadas e não em sés, estando muitas vezes isentas da supervisão episcopal. Segundo Carvalho (2008, p. 37), a designação colegiada, tendo o seu étimo na palavra latina *collegium* (colégio), dizia respeito a igrejas presididas não por bispos, mas por um prior.

⁷ Mattoso e Sousa (1997, p. 451) esclarecem que estas escolas funcionavam nos paços dos reis ou dos senhores.

⁸ Esta designação era conferida ao ensino ministrado a título privado, cujo magistério estava sobretudo a cargo de mestres seculares, mas também de clérigos regulares, em menor dimensão (Mattoso e Sousa, 1997, p. 452).

No entretanto, os ideais iluministas começavam no século XVIII a ganhar protagonismo. Com o Iluminismo surgiu nos países católicos a convicção, semelhante à que no século XVI, com a Reforma Católica, emergiu nos países protestantes, de que o ensino deveria ser assumido como uma responsabilidade do Estado e que, como tal, deveria representar uma atribuição da esfera de competências dos governos (Gomes, 1982, p. 31). Contudo, a administração pública portuguesa era ineficiente (veja-se o relato paradigmático de Ratton⁹, 1813, pp. 161-163), pontificada por Secretários de Estado doentes e acamados¹⁰, impreparados e com poucos conhecimentos políticos e económicos. Mesmo o rei D. João V encontrava-se parcialmente paralisado desde 1742, vítima de um ataque de apoplexia (Barreto, 1986, p. xxiv). Acrescia a este panorama a acentuada superstição (Pitt, 1760, p. 101), devoção, credência e intolerância religiosas da sociedade portuguesa (Chantal, 2005, pp. 172-183; ver, também, Rodrigues e Craig, 2009, p. 381; Rodrigues e Craig, 2010, p. 45), verdadeiros obstáculos à disseminação de ideias reformadoras e progressistas. Ilustrativo disto mesmo é a observação de Cheke (1946, p. 17), quando refere o testemunho unânime de viajantes britânicos que à época passaram por Portugal, os quais descreviam “um país mergulhado em ignorância e superstição, num estado de verdadeira estagnação”.

4 Contexto político, económico, social e educativo: 1750-1760

As investigações históricas carecem de que as exposições por elas fornecidas estejam vinculadas ao ambiente contextual que as criou e no qual as mesmas foram produzidas (Flesher e Samson, 1990, p. 2).

Em 1750, com a morte de D. João V, ascende ao trono o seu filho D. José, que a História de Portugal cognominou de *o Reformador*. De um ponto de vista demográfico, na mediania do século XVIII, a população do reino (apenas a metrópole) não excedia 2,3 milhões de habitantes (Serrão, 1996, p. 103). As contas públicas apresentavam-se niveladas: as receitas atingiam um valor de 6.000 contos (aproximadamente) na década de 1760, tornando possível equilibrar as despesas correntes do reino (Mata e Valério, 2011, p. 184).

Um dos resultados mais significativos da mudança política ocorrida em 1750 foi o reforço do aparelho do Estado, como entidade institucional e como agente de intervenção sobre a sociedade portuguesa (Serrão, 1986, p. 3). A escolha para Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Guerra (uma das três secretarias de Estado do gabinete josefino, bem como do governo de seu pai) recaiu numa das figuras mais controversas de sempre, para o bem e para o

⁹ Pessoa íntima de Pombal (Serrão, 1982, p. 62), pombalista convicto (D’Alcochete, 1994, p. 762), Jacques Ratton (1736-1820), mais conhecido por Jácome Ratton, foi um industrial e um homem de negócios conceituado da Praça de Lisboa. Francês de nascimento, mas naturalizado português em 1762, a sua casa de comércio mantida com o seu pai em Lisboa era, segundo uma informação do embaixador francês para Versalhes, a maior casa francesa de negócio em Portugal (D’Alcochete, 1994, p. 760). Vem para Portugal com 11 anos de idade e aqui faz o tirocínio nos negócios, aprendendo o comércio no escritório da firma dos pais em Lisboa, no qual entrara antes de completar 14 anos de idade (Ratton, 1813, p. 10). Por cá ficou 63 anos, de maio de 1747 a setembro de 1810 (cf. título da obra). Este comerciante é autor da memória autopaneagórica *Recordações de Jacome Ratton*, livro publicado em Inglaterra em 1813, o qual apresenta diversas referências e declarações encomiásticas acerca do consulado pombalino (leia-se aqui, com muita utilidade, Gomes, 1999). Trata-se de um documento com relevância bastante para a história económica, social e contabilística portuguesa da segunda metade do século XVIII e primeiro quartel do século XIX.

¹⁰ Por exemplo, o único Secretário de Estado a transitar do governo de D. João V (reinado de 1706 a 1750), Pedro da Mota e Silva, Secretário de Estado do Reino, há anos que se apresentava inválido, recebendo e despachando em sua casa (Gonçalves *et al.*, 2013, p. 148).

mal, da história política e social portuguesa - Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782). Comumente conhecido por Marquês de Pombal, o novo Secretário de Estado era um estrangeirado que havia sido enviado extraordinário (cargo equiparado ao de embaixador) em Londres (1738-1743; seis meses também em 1745) e, depois, embaixador em Viena (1745-1749). Pombal era tido como um autodidata culto, letrado e bastante conhecedor de matérias de administração pública e privada, não havendo, contudo, evidência empírica que permita sustentar que tenha cursado a Faculdade de Leis da Universidade de Coimbra. De facto, o arquivo da velha universidade não guarda registo algum de matrícula nem de exame de um aluno com o nome de Sebastião José de Carvalho e Melo (Pombal) (Serrão, 1982, p. 22).

De um ponto de vista económico, Portugal no século XVIII, especialmente na primeira metade da centúria, apresentava-se como um país cuja atividade comercial de grande importação e exportação encontrava-se nas mãos de estrangeiros, notadamente ingleses e franceses (Cheke, 1946, p. 17). Com a tendência nacional de se importar a produção desses países, “as iniciativas joaninas [de D. João V], quase todas, saldaram-se por rotundos fracassos e, à morte de *o Magnânimo*, achavam-se paralisadas ou ameaçadas de falência” (Pedreira, 1988, p. 287). Isto dito, praticamente não existiam empreendimentos manufatureiros nacionais preponderantes, com destaque apenas para, segundo Rodrigues e Mendes (1999, p. 158), a Fábrica de Papel da Lousã, criada em 1714, a Fábrica de Vidros de Coima, estabelecida em 1719, a Fábrica de Pólvora de Barcarena, inaugurada em 1729, e a mais relevante de todas as instituídas no reinado de D. João V, a Companhia da Fábrica das Sedas, fundada em Lisboa em 1734.

O apreço pela moda estrangeira, mormente a francesa, havia-se, entretanto, disseminado pelo país, o que também contribuía para o aumento das importações (Saraiva, 2003, p. 233). Também está bem documentada a tendência, verificada na época, para o afrancesamento da cultura portuguesa, seja em gostos literários e artísticos, seja em aspetos ideológicos (Caeiro, 1980, p. 147). E não se julgue que esta realidade era apenas delimitada à capital do reino, Lisboa, porquanto na província, por exemplo em Coimbra, conforme argumenta Ribeiro Sanches¹¹, só na Rua da Portagem encontravam-se 12 a 15 lojas estrangeiras onde os estudantes da universidade compravam meias, fivelas, luvas, estojos, tesouras e tudo o mais importado de França e Inglaterra (Vázquez Jiménez, 1997, p. 422). Do mesmo passo, citando um documento oficial inglês redigido pelo consulado em Lisboa, Azevedo (1973, pp. 427-428) informa que no período pombalino a feitoria inglesa de Lisboa contaria com 102 negociantes à frente de escritórios de comércio (fora os seus auxiliares), a maioria agentes de mercadores londrinos. “O comércio achava-se todo nas mãos de súbditos britânicos”, referência que se toma de Azevedo (1909, p. 254). Os comerciantes e mercadores britânicos tornaram-se bastante ativos em Portugal, em função do aumento do comércio verificado entre Portugal e Inglaterra como consequência da associação política firmada entre as duas nações em 1661 (Rodrigues e Craig, 2009, p. 381), estabelecendo-se principalmente nas cidades de Lisboa, Porto e Funchal e tomando conta da maior parte do comércio externo nacional (Mata e Valério, 2011, p. 174).

Ponto igualmente a considerar, no quadro da dependência nacional face às potências estrangeiras, é o do ramo de atividade económica relativo aos seguros. Antes do período pombalino, a maioria dos seguros marítimos fazia-se por intermédio dos comerciantes não nacionais, em especial ingleses, chegando a Casa dos Seguros de Lisboa a encerrar por faltarem seguradores portugueses (Marques, 1977, pp. 113-114, p. 128).

¹¹ Cristão-novo, médico e intelectual estrangeirado setecentista, António Nunes Ribeiro Sanches (1699-1783) abandonaria Portugal em 1726, não regressando mais, evitando assim o espectro da perseguição inquisitorial portuguesa (Serrão, 1986, p. 4).

Relevante é também mencionar que, com o incêndio que se seguiu ao terramoto de 1 de novembro de 1755, houve, de acordo com Rau (1951, p. 134), uma “enorme confusão resultante da desorganização de todos os serviços públicos, das tesourarias e da contabilidade”, notadamente pela perda dos livros de receita e despesa da antiga repartição financeira, pública e contabilística do reino, os Contos do Reino e Casa (vulgo Casa dos Contos), substituída apenas em 1761 com a fundação do Erário Régio. Neste particular que se prende com a contabilidade pública,

[de] 1389, ano em que é publicado o primeiro regulamento, que se conhece, de uma repartição contabilística, até 1761, ano em que, pela Carta de Lei de 22 de Dezembro, se cria o Erário Régio, com a qual passa a ser obrigatório efectuar a contabilidade pública pelo método das partidas dobradas, a escrituração era efectuada segundo o sistema unigráfico [partida simples] (Gomes, 2004, p. 33).

Sob o ponto de vista educativo, apenas existiam duas formas de obter instrução elementar/primária: ser originário de uma família nobre, com prerrogativa de tutoria privada e aconselhamento doméstico, ou frequentar os colégios da Companhia de Jesus (Buescu, 2012: p. 60). Quanto a universidades, apenas as duas já mencionadas anteriormente, a de Coimbra e a de Évora.

Em termos políticos e sociais, embora tenha génese em reinados anteriores, o Despotismo Iluminado vigorou de forma vincada a partir da entronização de D. José, com a publicação de um conjunto de leis orientadas para o progresso do Estado e felicidade dos súbditos (Serrão, 1996). Para os teóricos políticos e reformistas do século XVIII, Pombal constituía um exemplo extraordinário da aplicação prática das teorias do Despotismo Iluminado (Reill e Wilson, 2004, p. 468). Em 1756, transitando da pasta de Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Guerra para a secretaria de Estado do Reino, ele passa a tutelar a área de intervenção mais abrangente do governo. À época, já o Marquês havia provado o seu merecimento junto do monarca, sobretudo após o terramoto de 1 de novembro de 1755.

Pombal era partidário de um sistema político-social que em termos contemporâneos veio a ser conhecido por Mercantilismo. Esta teoria económica advoga, entre outros princípios, que as importações fossem evitadas, por forma a diminuir a conseqüente saída do ouro, e que fossem substituídas por produção nacional e decorrente aumento de exportações, com o objetivo de entrada de ouro no país (Saraiva, 2003, p. 235). Durante o seu período de permanência em Londres, Pombal reuniu na sua biblioteca¹² pessoal, entre outros diversos títulos de publicações políticas e económicas, clássicos sobre o Mercantilismo, alfândegas, finanças, manufaturas, companhias de comércio monopolistas, o processo de industrialização francesa da segunda metade do século XVII personificado por Jean-Baptiste Colbert e, também, livros de contabilidade por partidas dobradas, em especial franceses (cf. Serrão, 1982, p. 39; Barreto, 1986, pp. 171-177; Gomes, 2007, pp. 245-246; Rodrigues e Craig, 2009, p. 388; Gonçalves *et al.*, 2013, pp. 154-155). Neste ângulo, os livros da sua biblioteca em Londres sugerem que Pombal foi uma das primeiras pessoas portuguesas a ter contato com o conhecimento escrito de obras impressas explicativas do método das partidas dobradas (Gonçalves *et al.*, 2013, p. 154) e das suas vantagens informativas e de controlo em relação ao método das partidas simples. Um exemplar que adquiriu em Londres, uma edição de 1732, a quinta, foi o *La Science des Négocians et Teneurs des Livres* (Barreto, 1986, p. 175; Gomes, 2007, p. 245). Este livro, cuja primeira edição data de 1704, da autoria de Mathieu de la Porte (*ca.* 1660 – *ca.* 1732), um professor de escrituração por partidas dobradas nascido nos Países

¹² Três volumes *in folio* manuscritos, datados de 1743, compõem o catálogo da biblioteca de Pombal em Londres, correspondente a 565 títulos (códices 165, 166 e 167 da Coleção Pombalina da Sala de Reservados da Biblioteca Nacional de Portugal, em Lisboa) (Barreto, 1986, p. 171). Na explicação dos critérios de seleção dos livros, Pombal refere que os mesmos tinham como propósito a instrução dos ministros de gabinete e homens de Estado (Barreto, 1986, p. lxxix).

Baixos (em Nijmegen, atual Holanda), mas naturalizado francês em 1705, foi modelo de textos sobre partidas dobradas durante mais de 100 anos, sendo um manual de influência no desenvolvimento da contabilidade em países como Espanha, França, Itália e Portugal (Carqueja, 2011, p. 100, p. 101, p. 125), ao ponto de ter sido considerado ao longo do século XVIII como o mais clássico manual de contabilidade (Jouanique, 1993, p. 342).

Na capital inglesa, o erudito Pombal estudou e assistiu a conferências de professores de Comércio (Pombal, 1742, § 37; ver, também, Serrão, 1982, p. 38; Rodrigues e Craig, 2010, p. 45), com o desejo de procurar instruir-se “[...] nos fundamentos por que [...] haviam tantas cortes sábias e providentes monopolizado o comércio oriental [por meio de companhias de comércio privilegiadas]” (Pombal, 1742, § 37) (português moderno). De igual forma, muitas das ideias que veio a implementar mais tarde em Portugal foram forjadas a partir da sua enviatura em Londres, como, por exemplo, a instituição da Aula do Comércio (1759-1844) (Barreto, 1986, p. 163; Rodrigues e Craig, 2004; Rodrigues, Gomes e Craig, 2004), a sua primeira iniciativa governamental no campo da educação e do ensino público.

Para além da tentativa pombalina de reforma mercantilista, na mira do Marquês estão também as ordens influentes: o clero e a nobreza. É neste contexto que surge a expulsão dos jesuítas, medida com contornos complexos, mas com origem principal na tentativa de regicídio de setembro de 1758, como em outro lugar ficou dito. O processo sumário levado a cabo pelo Tribunal da Junta da Inconfidência levou igualmente à condenação de representantes da grande nobreza, também eles implicados no crime de lesa-majestade (Serrão, 1982, pp. 84-85).

Em fecho, perante este fundo de conjuntura esboçado, atentemos na síntese de Gonçalves *et al.* (2013, p. 148):

à entrada da década de sessenta do século XVIII achavam-se resolvidos os conflitos do gabinete pombalino com os três braços do Estado: com o povo, em virtude das condenações à morte de alguns dos populares envolvidos em Fevereiro de 1757 na revolta ocorrida no Porto contra os privilégios da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro; com a nobreza, por intermédio das execuções de alguns Távora, Aveiro e Atouguia, em Janeiro de 1759; e, com o clero, através da expulsão dos jesuítas, em Setembro de 1759.

5 Institucionalização do ensino estatal em Portugal: a rutura do paradigma

Os portugueses foram os precursores do movimento que levaria à expulsão dos jesuítas da Europa católica e à supressão da Companhia de Jesus pelo próprio papa em 1773 (Torgal, 1982; Maxwell, 2004).

Em Portugal, a expulsão da organização em 1759 conduziria à reforma forçada do ensino, dada a derrocada que o desmantelamento da rede de ensino jesuítica provocara. É visível que até então não teria existido preocupação na área da educação por parte do governo: “à data destes acontecimentos ia Pombal no nono ano da sua governação sem que tivesse mostrado, até aí, qualquer interesse pelas questões do ensino” (Carvalho, 2008, p. 428). Ainda assim, a primeira medida a ser tomada pelo gabinete de D. José data de 17 de agosto de 1758 e relaciona-se com a confirmação por alvará régio de um diretório datado de 1757 que mandava criar em todas as povoações de índios do Grão-Pará e Maranhão (Brasil) duas escolas públicas elementares, uma feminina e outra masculina (Gomes, 1982, p. 25).

Outra medida tomada no ramo do ensino, que antecede quatro meses a expulsão dos jesuítas, é a criação da Aula do Comércio, cujos estatutos datam de 19 de maio de 1759 (ver estatutos da Aula do Comércio). Comenta Carvalho (2008, p. 458) que a Aula do Comércio é, “cronologicamente, a primeira providência tomada pelo ministro de D. José [Pombal] para ocorrer às necessidades do nosso ensino”. A relevância para a história da contabilidade da fundação da Aula do Comércio advém essencialmente da circunstância de nela ter sido ensinada escrituração comercial por partidas dobradas pela primeira vez em Portugal.

Esta escola burguesa, criada dentro de um contexto económico e social de reforma administrativa pombalina (Santana, 1985, p. 19), foi a primeira unidade de ensino técnico comercial e contabilístico financiado pelo Estado e, segundo alguns autores (*e.g.*, Azevedo, 1961; Rodrigues, Gomes e Craig, 2003a, 2003b; Rodrigues e Craig, 2004; Rodrigues *et al.*, 2004), pode mesmo tratar-se da primeira escola pública, à escala mundial, a ensinar e a formar profissionais de contabilidade, os denominados guarda-livros. Não deve ser negligenciada também a circunstância de ter ocorrido na Aula do Comércio a primeira experiência de ensino e aprendizagem da economia (política) em Portugal (Cardoso, 1984, p. 87; Almodovar e Cardoso, 2012, p. 191), por intermédio, fundamentalmente, de uma postila (texto ditado pelo professor nas aulas) de acentuado conteúdo doutrinário mercantilista intitulada *Notícia Geral do Comércio*, da autoria de Alberto Jaqueri de Sales (1731-1791), um docente cujo magistério teve início em 1762 e se prolongou ininterruptamente até 1784 (Cardoso, 1984, pp. 94-96; Rodrigues e Craig, 2009, pp. 390-394).

As matrículas nesta escola eram efetuadas de três em três anos, visto ser essa a duração do curso (Azevedo, 1961, p. 11). O rei D. José e o seu primeiro-ministro mostraram sempre muita consideração por esta escola, assistindo aos exames públicos dos aulistas com toda a corte, para o que se construiu propositadamente uma tribuna real (Correia, 1931a, p. 15; Correia, 1931b, p. 114; Santana, 1987, p. 49; Rodrigues *et al.*, 2003b, pp. 49-50; e, por todos, Ratton, 1813, p. 257). Contando com 61 alunos matriculados, a escola implementou-se em Lisboa e registou uma longevidade de 85 anos, até 1844, ano em que foi integrada no Liceu Nacional de Lisboa (Cardoso, 1984; Gonçalves, 2010a, 2010b). Estão publicados diversos estudos sobre diferentes aspetos deste estabelecimento de ensino, num movimento historiográfico que se tem vindo a notar especialmente nos últimos 15 anos (ver, por todos, Rodrigues *et al.*, 2004). Esta abundante produção historiográfica justifica-se, em nosso entendimento, por estarmos na presença da mais importante instituição portuguesa de ensino não superior da segunda metade do século XVIII, seja em reconhecimento social, seja em número absoluto de alunos inscritos.

Em 1759, foi tomada pelo governo pombalino outra medida legislativa, a criação de classes para o ensino da Gramática Latina e da Retórica em todas as vilas cabeças de comarca (Saraiva, 2003). O alvará de 28 de junho de 1759, relativo à fundação destas classes, o mesmo em que se declaram extintas as escolas da Companhia de Jesus (Gomes, 1982, pp. 26-27; Carvalho, 2008, p. 452), cria o cargo de Diretor-Geral dos Estudos e, no dizer de Carvalho (2008, p. 431), “pela primeira vez, na história do nosso ensino, surge uma entidade, subordinada ao poder vigente, que superintende nos serviços do ensino elementar e médio”. Esta legislação consistiu fundamentalmente na criação de diversos lugares de professores para três áreas específicas: Gramática Latina e Portuguesa, Língua Grega e Retórica (Gomes, 1982, pp. 26-28). Vai mais longe Marques (1998, p. 383) ao referir que o diploma criou também no reino classes de Hebreu e que os professores deveriam também ensinar aos alunos (do género masculino) conhecimentos de aritmética, catecismo e regras de boa educação.

Em 1761, é criado em Lisboa o Colégio Real dos Nobres (1766-1837) (ver estatutos do Colégio Real dos Nobres). Todavia, devido às dificuldades no recrutamento de professores para a leção das disciplinas científicas, apenas entra em funcionamento em 1766, razão pela qual a maioria do seu corpo docente foi recrutado no estrangeiro, particularmente em Itália (Aguilar, 1935; Carvalho, 1959; Galvão-Teles, 2006). O objetivo desta escola consistiu em proporcionar exclusivamente aos descendentes masculinos dos aristocratas e dos grandes homens de negócio uma formação científica que pudesse substituir um muito concorrido colégio dos jesuítas em Lisboa – o colégio de Santo Antão (Saraiva, 1983, p. 103).

O programa curricular observava as Humanidades, as Ciências e as Atividades Físicas, com destaque para a aprendizagem das Matemáticas e da Física Experimental, procurando-se desse modo aderir às novidades pedagógicas do tempo (Carvalho, 1994, pp. 291-292). No

entanto, o funcionamento do Colégio dos Nobres revelou-se um “espetacular desastre” (Carvalho, 1959, p. 173) e um enorme insucesso em termos da sua frequência¹³ (Gomes, 1982, p. 30; Buescu, 2012, p. 65), ainda que Pombal acreditasse tanto no projeto ao ponto de nele inscrever o seu filho mais novo como um dos 24 alunos a efetuar a matrícula nesse ano de inauguração da escola, 1766 (cf. Gonçalves, 2013, p. 681). Deficientemente organizada, a escola não constituiu, pois, um êxito da política de ensino de Pombal, uma vez que muitos dos seus colegas eram provenientes das mais nobres famílias do reino que, como se sabe, não eram favoráveis ao predomínio do estadista (Serrão, 1982, p. 145).

Viveu este colégio duas fases bem diferentes: a primeira, de 1766 até 1772, ano em que foi extinto o ensino científico; e a segunda, desde esta última data, até 1837, ano em que foi mandado encerrar por ser incompatível com os princípios do Liberalismo em Portugal (Carvalho, 1959, p. 8). Este estabelecimento de ensino foi fundado em antigas instalações de um convento de jesuítas, expropriado a essa ordem religiosa em 1759 (Gomes, 1982, p. 30; Buescu, 2012, p. 65). Não obstante, algumas vantagens foram retiradas do investimento efetuado neste colégio, uma vez que os materiais didáticos e científicos foram transferidos para a Universidade de Coimbra em 1772, bem como foram também deslocalizados para Coimbra os professores do ensino científico (Carvalho, 1959, p. 170).

Nos anos de 1762 e 1764, Portugal assiste a outras duas iniciativas régias de ensino técnico, a criação da Aula de Náutica, no Porto (Ribeiro, 1871, pp. 296-301; Marques, 1998, p. 384; Gonçalves, 2011, pp. 137-138) e a de Desenho, em Lisboa (Neves, 1827, p. 154), respetivamente, esta última anexa à Real Fábrica das Sedas, empreendimento que em 1750 foi incorporado no Estado por falência da antiga Companhia da Fábrica das Sedas.

A Aula de Náutica (1762) surgiu da iniciativa de 35 comerciantes da Praça do Porto que, em representação dirigida um ano antes a D. José, solicitavam a construção de duas fragatas de guerra que pudessem comboiar (escortar) as esquadras que seguiam para a América Portuguesa (Pereira, 2009, pp. 6-7), em especial os portos do Rio de Janeiro e de S. Salvador da Baía, locais de comércio da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, uma sociedade por ações fundada por Pombal em 10 de setembro de 1756 (cf. Instituição da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro). A Aula de Náutica foi criada por esta empresa privada privilegiada, designada atualmente por Real Companhia Velha (Sousa e Pereira, 2008, p. 399). Como é bom de ver, o provedor (presidente) e todos os deputados da Junta da Administração da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, principais interessados na criação de um empreendimento para a formação de marinheiros, subscreveram a petição¹⁴ de 1761, a qual, aprovada regiamente em 1762, deu origem a uma

¹³ De facto, ao passo que na Aula do Comércio a afluência de alunos ultrapassou o *numerus clausus* imposto pelos estatutos (como enunciámos entraram 61 alunos quando o limite estatuído era de 50) (Gonçalves, 2010a, 2010b), em contraponto, no Colégio Real dos Nobres verificou-se a situação oposta, isto é, os estatutos apontavam para 100 entradas (ver estatutos do Colégio Real dos Nobres) e no primeiro contingente (em 1766) apenas se matricularam 24 estudantes, como vimos de dizer. Há um estudo a erguer, na temática relacionada com as reformas pombalinas no ensino, com os principais aspetos comparativos entre a Aula do Comércio de Lisboa e o Colégio Real dos Nobres.

¹⁴ Vejam-se, em visão de conjunto, Ribeiro (1871, p. 299) para a petição e Sousa, Vieira e Dias (2003, p. 321), para a composição da Junta da Administração em 1761. A (segunda) Junta da Administração da empresa foi nomeada por carta régia e provisão de 15 de dezembro de 1760 e esteve em funções até 1771, sendo composta pelo provedor Vicente de Noronha Leme Cernache, pelo Vice-Provedor Manuel de Figueiroa Pinto e pelos deputados Brás de Abreu Guimarães, Francisco Barbosa dos Santos (reconduzido da 1.ª Junta da Administração), Gaspar Barbosa Carneiro, João de Sousa e Melo, José de Pinho e Sousa, Manuel Rodrigues Braga e Pedro Pedrossem Silva (reconduzidos, também, estes dois últimos deputados) (Sousa *et al.*, 2003, p. 321).

escola, a Aula de Náutica, que formaria pilotos e oficiais para as frotas da companhia pombalina e para as naus de guerra que lhes conferiam proteção até ao Brasil.

Por outro lado, no tocante à Aula de Desenho (1764), registre-se que o debuxo ensinado na Real Fábrica das Sedas a aprendizes fabris correspondia fundamentalmente a desenho industrial aplicado à produção de tecidos (Santos, 2002, p. 206). É ainda também relevante assinalar que em abril de 1762 fundou-se na fortaleza de S. Julião da Barra uma aula teórico-prática de artilharia (Ribeiro, 1871, p. 301).

Em 1772, é publicado o *Mapa de professores e mestres das escolas menores e das terras em que se acham estabelecidas as suas aulas e escolas neste Reino de Portugal e seus Domínios*, anexo à lei que manda criar escolas públicas em Portugal (Ribeiro, 1871; Carvalho, 2008). Era, desta forma, planeada a rede de escolas primárias públicas, criando-se assim o ensino primário oficial, pela Carta de Lei de 6 de novembro de 1772 (Gomes, 1982), que estabelece o mapa dos 837 mestres e professores (Carvalho, 2008: p. 457). Criavam-se, também, escolas para ministrar a instrução necessária ao acesso à Universidade, já que o ensino deveria ser facultado de acordo com a função social. O controlo do Estado está bem presente, pela obrigatoriedade de envio, por parte dos mestres, de indicadores sobre o progresso e comportamento dos alunos no final de cada ano letivo e pelas visitas de inspetores às escolas, as quais ocorreriam de quatro em quatro meses (Gomes, 1982).

O ano de 1772 marca também a reestruturação da Universidade de Coimbra, com a publicação de novos estatutos (Cruzeiro, 1988, p. 174). A ênfase foi dada particularmente ao ensino experimental das ciências exatas. A universidade foi dotada de grandes melhoramentos, como atesta o testemunho coevo de Ratton (1813, pp. 216-217):

sei que antes desta reforma [pombalina da Universidade de Coimbra, em 1772] nunca ouvi falar de cadeiras de ciências físico-matemáticas; e decerto não havia na Universidade de Coimbra laboratório químico, jardim botânico, observatório, gabinete de física experimental, nem os instrumentos e máquinas para os estudos de tais ciências, os quais foram mandados do Colégio dos Nobres, para a mesma universidade; também deste saíram uma grande parte dos professores, que foram ocupar as cadeiras depois da reforma. [ortografia e pontuação modernizadas; maiusculização em desuso suprimida.]

Foram criadas duas novas Faculdades, a de Matemática e a de Filosofia Natural, as quais se vieram juntar às existentes Faculdades de Leis, Cânones, Teologia e Medicina (Cruzeiro e Pereira, 1968, p. 845). A reforma pombalina fez chegar o conhecimento científico moderno à universidade portuguesa (Mata e Valério, 2011, p. 183). Pombal deslocou-se propositadamente a Coimbra em 1772 para supervisionar e presidir aos destinos da reestruturação por si empreendida (Fiolhais e Martins, 2010, p. 40).

Também em 1772 foi publicado o alvará régio fundador do Real Colégio de Mafra, escola que procurava complementar o já referido Colégio Real dos Nobres na tarefa de educar os filhos da aristocracia e da burguesia (Ribeiro, 1871, pp. 321-322; Serrão, 1996, pp. 252-253; Carvalho, 2008, p. 457).

O conjunto das medidas pombalinas abrangeu todos os graus de ensino e atividades culturais, havendo a preocupação de dotar o país de pessoas competentemente habilitadas para funções úteis ao serviço público (Marques, Coelho e Marques, 1979, p. 23).

6 Conclusão, contribuições, limitações e sugestões para investigação futura

O trabalho procurou contribuir para a literatura acerca da emergência/institucionalização do sistema de ensino estatal em Portugal, reforçando, em paralelo, a bibliografia existente sobre a história da contabilidade nacional. O estudo problematizou a contribuição específica dada por Pombal e intentou também fornecer uma

perspetiva compreensiva e abrangente da forma como o governo interveio na área do ensino no intervalo de tempo transcorrido entre 1759 a 1772, destacando a ação do poder no sector da educação comercial e contabilística. A contribuição de Pombal para a sociedade setecentista portuguesa cruzou muitas disciplinas, incluindo a física, a química, a arquitetura, a sismologia, a viticultura e, o que é mais impressionante para o contexto deste artigo, a contabilidade.

Em Portugal, no *Ancien Régime*, as ordens religiosas assumiram um importante papel na direção e supervisão do ensino, em particular a Companhia de Jesus e a Congregação do Oratório; a responsabilidade de ensinar era, sobretudo as primeiras letras, uma tarefa da Igreja Católica. Todavia, com Pombal como protagonista a ótica altera-se: a incumbência do ensino é assumida pelo governo. A corrente historiográfica lusitana mais consensual nesta matéria atribui normalmente a rutura do paradigma a Pombal e ao reinado de D. José (1750-1777) e, de modo particular, este estudo confirma-o. Pombal funcionou como um agente dominador que, coercivamente, extinguiu o quase-monopólio de ensino jesuítico, estando assim na origem do sistema educativo nacional. Por exemplo, Pombal foi o agente catalisador da primeira instituição de ensino da contabilidade em Portugal, a Aula do Comércio. Ele controlava a escola, as matérias estudadas e a nomeação dos professores (Rodrigues e Craig, 2009, p. 384; Rodrigues e Craig, 2010, p. 47).

O estudo efetuado por intermédio da revisão da literatura empreendida ajudou a consolidar o edifício do conhecimento associado à génese das políticas estatais de educação em Portugal. O trabalho concluiu poder adjudicar-se ao Marquês de Pombal a figura de ator principal no cenário da instituição da educação estatal no nosso país, em concreto um papel instrumentalmente positivo desempenhado no período de 1759 a 1772.

As reformas no ensino levadas a cabo durante o reinado de D. José, mais especificamente durante a governação pessoal e autoritária do Marquês de Pombal, foram uma consequência do desmantelamento em 1759 da única rede de ensino estável existente no país, a da Companhia de Jesus. Diversas medidas foram levadas a cabo na área da educação oficialmente patrocinada pelo Estado, abandonando-se a ideia de que a obrigação de ensinar competia à Igreja Católica e apenas supletivamente ao Estado. A expulsão dos jesuítas, conjeturada ou não, apresentou-se como a oportunidade para o Estado intervir no ensino.

A principal contribuição teórica deste trabalho, que no fundo respeita à sua conclusão-mor, permite antecipar que, descontando a iniciativa pombalina de criação de escolas primárias nas capitâncias ultramarinas do Grão-Pará e Maranhão, por pontuais e de reduzido alcance (à data, 1758, o governador destes territórios no Brasil era um irmão de Pombal, Francisco Xavier de Mendonça Furtado), o sector de ensino pelo qual começaram as reformas pombalinas da educação foi o comercial. De facto, por razões estratégicas relacionadas com os objetivos prosseguidos pela política económica mercantilista do governo, a Aula do Comércio, vinculada a este ideário, apresentou-se como a primeira escola incluída por Pombal na sua reforma da educação, mesmo antes da criação de escolas primárias oficiais no país. Esta conclusão contribui para o enriquecimento cultural da disciplina de história da contabilidade.

De um ponto de vista prático, o artigo representou uma tentativa para que se olhe mais para o passado da disciplina, porque acreditamos que a história da educação constitui uma dimensão indispensável no ensino dos jovens e que, portanto, reúne condições para ser integrada de forma autónoma nos currículos de estudos pós-graduados desta área.

O artigo apresentou evidência de que o primeiro sector da sociedade a beneficiar da iniciativa governamental de ensino público foi na realidade o comercial (e contabilístico), uma vez que o plano de estudo da escola instituiu obrigatoriamente a aprendizagem da contabilidade por partidas dobradas (ver § 15 dos estatutos da Aula do Comércio). Como afirma Gomes (2007, p. 216), “[...] a contabilidade tornou-se importante para servir os objetivos das políticas mercantilistas seguidas pelo governo português”. Usada corretamente, a técnica de contabilidade por partidas dobradas captura a realidade dos negócios (Sangster, 2010, p. 27;

Sangster e Scataglinibelghitar, 2010, p. 432). Como quer que seja, este estudo reforçou o papel simbólico que a contabilidade registou no tempo das grandes reformas da sociedade portuguesa de meados do século XVIII.

De construção humana (Carnegie e Napier, 1996, p. 21), uma das mais importantes inovações produzidas pelo homem (Basu, 2012, p. 864), a contabilidade, como artefacto social, é moldada pelas pressões dominantes do amplo ambiente social e económico (Hopwood, 1976, pp. 4-5). Este aspeto é de levar em conta no caso nacional para se compreender a necessidade de recursos humanos devidamente habilitados para as companhias comerciais privilegiadas típicas do período pombalino mercantilista e para uma administração pública em fase de remodelação. A contabilidade é, pois, mais bem compreendida no seu contexto histórico socioeconómico.

O *paper* lança um apelo para que se construam pontes de diálogo e fertilização multidisciplinar entre a educação e as outras ciências sociais e humanas, com destaque para a contabilidade e para a sua história, em linha com o sugerido por Miller, Hopper e Laughlin (1991, p. 398) e por Walker (2008, p. 313), posto que se partilha da ideia de que os resultados da pesquisa em história da contabilidade têm sido exportados para a literatura geral com dificuldade, o que faz com que a transferência de conhecimento para as disciplinas confinantes se opere de forma muito limitada (ver Walker, 2008, p. 313).

Este estudo apresenta pelo menos cinco limitações. A primeira é inerente à subjetividade pessoal colocada no julgamento das fontes de análise. A segunda deve-se à seleção de factos do passado que são, na sua essência, dificilmente observáveis, o que contribui para que se possa afirmar com propriedade que os documentos não falam por si, antes são ressuscitados por uma voz contemporânea subjetiva, não neutra e parcial (veja-se, neste sentido, Gomes e Rodrigues, 2009, p. 231). A terceira prende-se com a aceitação sem reservas de que a história cria a sua própria realidade do passado e que o passado está constantemente a ser reinterpretado (ver Hines, 1988, p. 253). A quarta liga-se a eventuais áreas de intervenção pública em sectores de ensino não contemplados neste trabalho. Por último, a limitação associada à dimensão pedida para a completude do estudo. Seja como for, foi feita uma tentativa para perceber da melhor maneira possível o passado, elegendo-se uma questão de pesquisa que acreditamos ser interessante, tendo sido utilizados, para efeitos de compreensão desse passado, pontos de vista interpretativos e qualitativos típicos das ciências sociais (Mills, 1993, p. 802). Na opinião de Gomes e Rodrigues (2009, p. 231), “a perspetiva interpretativa está de acordo com a investigação nas ciências sociais [...]”.

Malgrado as limitações expostas, para o futuro será interessante explorar a biografia pré-1750 de Pombal no sentido de contribuir para o debate das circunstâncias em que este governante começou a sentir a emergência por um ensino estatal de carácter global em Portugal e o que o levou a construir, enraizar e consolidar esse pensamento. Também podem ser bem-vindas contribuições para o fortalecimento do diálogo interdisciplinar do trívio educação-contabilidade-outras ciências sociais e humanas. Encorajam-se também estudos prosopográficos sobre atores políticos e sociais que tenham estado na génese de movimentações associadas a reformas globais no ensino português. Uma outra avenida de investigação que pode ser percorrida é a questão de perceber se, na época contemporânea nacional, com especial ênfase no período posterior à Revolução de Abril, com sucessivas e diferentes políticas de educação em Portugal (à média de um Ministro da Educação por ano), houve, ainda assim, um Pombal dos tempos modernos, espécie de farol e guia das políticas educativas governamentais implementadas no nosso país.

Termina-se, dizendo que, assim como Littleton (1941, pp. 164-165) mostrou o desejo de convocar o espírito de Jacques Savary (1622-1690), autor do livro *Le Parfait Négociant* (1675), para o contra-interrogar acerca de um assunto contabilístico contido nessa obra relacionado com a mensuração de inventários, também no nosso particular ponto de vista seria

inspirador poder contar com a visão pessoal de Pombal sobre os méritos da escrituração por partidas dobradas, técnica contabilística de maior rigor que, em boa verdade, ajudou a difundir em Portugal na segunda metade do século XVIII.

Referências

Fontes de Arquivo

- Estatutos da Aula do Comércio* ordenados por El Rey nosso senhor no capítulo dezasseis dos estatutos da Junta do Comércio destes reinos e seus domínios e alvará de sua confirmação. Lisboa: Oficina de Miguel Rodrigues [Alvará Real de 19-V-1759].
- Estatutos do Colégio Real dos Nobres* da corte e cidade de Lisboa. Lisboa: Oficina de Miguel Rodrigues [Carta de Lei de 7-III-1761].
- Instituição da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro*. Lisboa: Oficina de Miguel Rodrigues [Alvará Real de 10-IX-1756].
- Pombal, Marquês de (1742). *Carta ao Cardeal da Mota em 19 de Fevereiro de 1742*. Coleção Pombalina, códice 657, fólios 61-92 [Biblioteca Nacional de Portugal, Sala de Reservados. Lisboa].

Fontes Secundárias

- Aguilar, M. B. (1935). *O Real Colégio dos Nobres (1761-1837)*. Lisboa: Tip. da Cadeia Penitenciária de Lisboa.
- Almodovar, A. e Cardoso, J. L. (2012). “Textbooks and the teaching of political economy in Portugal, 1759-1910”. In Augello, M. M. e Guidi, M. E. L. (2012). *The Economic Reader – Textbooks, Manuals and the Dissemination of the Economic Sciences During the Nineteenth and Early Twentieth Centuries*. New York: Routledge (pp. 189-213).
- Azevedo, J. L. (1909). *O Marquês de Pombal e a sua Época*. Lisboa: Livraria Clássica Editora.
- Azevedo, J. L. (1973). *Épocas de Portugal Económico – Esboços de História* (3.^a ed.). Lisboa: Livraria Clássica.
- Azevedo, M. C. (1961). *A Aula do Comércio, Primeiro Estabelecimento de Ensino Técnico Profissional Oficialmente Criado no Mundo*. Lisboa: Escola Comercial Ferreira Borges.
- Barreto, J. (1986). *Sebastião José de Carvalho e Melo - Escritos Económicos de Londres (1741-1742)*. Seleção, leitura, introdução e notas de José Barreto. Lisboa: Biblioteca Nacional.
- Basu, S. (2012). “How can accounting researchers become more innovative?”. *Accounting Horizons* 26(4), pp. 851-870.
- Buescu, J. (2012). *Matemática em Portugal – uma Questão de Educação*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Caeiro, F. G. (1980). “Livros e livreiros franceses em Lisboa, nos fins de setecentos e no primeiro quartel do século XIX”. Separata do *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, pp. 139-167. Coimbra: Coimbra Editora.
- Cardoso, J. L. (1984). “Uma “Notícia” esquecida: o ensino da economia na Aula do Comércio”. *Estudos de Economia* 5(1), pp. 97-112.
- Carnegie, G. D. e Napier, C. J. (1996). “Critical and interpretive histories: insights into accounting’s present and future through its past”. *Accounting, Auditing and Accountability Journal* 9(3), pp. 7-39.

- Carqueja, H. O. (2011). “Mathieu de la Porte, e a Ciência dos Negociantes (1704)”. *Pecunia – Revista de la Facultad de Ciencias Económicas y Empresariales (Universidad de León)* 13, pp. 97-134.
- Carvalho, R. (1959). *História da Fundação do Colégio Real dos Nobres de Lisboa*. Coimbra: Atlântida.
- Carvalho, R. (1994). “Colégio dos Nobres”. In Santana, F. G. e Sucena, E. (orgs.) (1994). *Dicionário da História de Lisboa*. Mem Martins: Graf. Europam (pp. 291-292).
- Carvalho, R. (2008). *História do Ensino em Portugal - desde a Fundação da Nacionalidade até ao Fim do Regime de Salazar-Caetano* (4.^a ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Chantal, S. (2005). *A Vida Quotidiana em Portugal ao Tempo do Terramoto* (6.^a ed.). Trad. do francês por Álvaro Simões. Lisboa: Livros do Brasil.
- Cheke, M. (1946). *O Ditador de Portugal – Marquês de Pombal*. Trad. do inglês por António Álvaro Dória. Porto: Livraria Civilização.
- Correia, F. A. (1931a). *A Administração do Marquês de Pombal – o Comércio e as Companhias Privilegiadas*. Lisboa: Oficinas do ISCEF.
- Correia, F. A. (1931b). *História Económica de Portugal* (vol. II). Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade.
- Covaleski, M. A. e Dirsmith, M.W. (1990). “Dialectic tension, double reflexivity and the everyday accounting researcher: on using qualitative methods”. *Accounting, Organizations and Society* 15(6), pp. 543-573.
- Cruzeiro, M. E. (1988). “A reforma pombalina na história da universidade”. *Análise Social* 100, pp. 165-210.
- Cruzeiro, M. E. e Pereira, R. S. (1968). “Cronologia histórica das universidades portuguesas: 1759-1968”. *Análise Social* 22-23-24, pp. 837-899.
- D’Alcochete, N. D. (1994). “Ratton, Jácome”. In Santana, F. G. e Sucena, E. (orgs.) (1994). *Dicionário da História de Lisboa*. Mem Martins: Graf. Europam (pp. 760-763).
- Fiolhais, C. e Martins, D. (2010). *Breve História da Ciência em Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Flesher, D. L. e Samson, W. D. (1990). “What is publishable accounting history research: an editorial view”. *The Accounting Historians Journal* 17(1), pp. 1-4.
- Flick, U. (2009). *An Introduction to Qualitative Research* (4th ed.). London: SAGE.
- Galvão-Teles, J. B. (2006). “Relação dos alunos do Colégio Real dos Nobres de Lisboa (1766-1837)”. *Revista Lusófona de Genealogia e Heráldica* 1(1), pp. 57-118.
- Gomes, D. (1999). “Um livro português do século XVIII”. *Revista de Contabilidade e Comércio* 223, pp. 547-556.
- Gomes, D. (2004). “Os números e a sua importância no desenvolvimento da partida dobrada”. *Lusíada: Ciências Empresariais* 3, pp. 23-44.
- Gomes, D. (2007). *Accounting Change in Central Government: the Institutionalization of Double Entry Bookkeeping at the Portuguese Royal Treasury (1761-1777)*. Braga: Universidade do Minho; Escola de Economia e Gestão. Tese de Doutoramento em Ciências Empresariais, especialização em Contabilidade.
- Gomes, D. e Rodrigues, L. L. (2009). “Investigação em história da Contabilidade”. In Major, M. J. e Vieira, R. (eds.) (2009). *Contabilidade e Controlo de Gestão - Teoria, Metodologia e Prática*. Lisboa: Escolar Editora (pp. 211-239).
- Gomes, J. F. (1982). “O Marquês de Pombal criador do ensino primário oficial”. *Revista de História das Ideias* 4 (n.º especial - O Marquês de Pombal e o seu tempo). Tomo II, pp. 25-41.

- Gonçalves, M. (2010a). “Escola de Comércio e memória histórica dos primeiros professores e estudantes de Contabilidade (Parte I)”. *Revista da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas* 127, pp. 56-64.
- Gonçalves, M. (2010b). “Escola de Comércio e memória histórica dos primeiros professores e estudantes de Contabilidade (Parte II)”. *Revista da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas* 128, pp. 47-54.
- Gonçalves, M. (2011). “Aula de Comércio do Porto (1803): sua criação e confronto crítico com a correlativa Aula lisboeta”. *Contabilidade e Gestão. Revista Científica da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas* 10, pp. 115-163.
- Gonçalves, M. (2013). “Emergência e desenvolvimento da contabilidade por partidas dobradas. Traços gerais de um homem de negócios da praça de Lisboa: José Francisco da Cruz, tesoureiro-geral do Erário Régio português, 1761”. *Revista Portuguesa de Contabilidade* 3(12), pp. 669-696.
- Gonçalves, M., Lira, M. e Marques, M.C.C. (2013). “Finanças públicas e Contabilidade por partidas dobradas: uma visita guiada pela literatura sobre as três figuras cimeiras do Erário Régio português, 1761”. *Revista Universo Contábil* 9(2), pp. 142-173.
- Gonçalves, M. e Marques, M.C.C. (2011). “A importância do Marquês de Pombal para a profissão dos Técnicos de Contas em Portugal”. *Jornal de Contabilidade* 406, pp. 4-9.
- Grácio, R. (1988). “História da história da educação em Portugal: 1945-1978”. In Gomes, J. F., Fernandes, R. e Grácio, R. (1988) (eds.). *História da Educação em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte (pp. 19-58).
- Hespanha, A. M. (1982). *História das Instituições: Épocas Medieval e Moderna*. Coimbra: Almedina.
- Hines, R. D. (1988). “Financial accounting: in communicating reality, we construct reality”. *Accounting, Organizations and Society* 13(3), pp. 251-261.
- Hopper, T. M. e Armstrong, P. (1991). “Cost accounting, controlling labour and the rise of conglomerates”. *Accounting, Organizations and Society* 16 (5-6), pp. 405-438.
- Hopwood, A. G. (1976). *Accounting and Human Behaviour* (Americ. Ed.). New Jersey: Prentice-Hall.
- Jouanique, P. (1993). “Un classique de la comptabilité au siècle des Lumières – *La Science des Négociants* de Mathieu de la Porte”. *Études & Documents* 5, pp. 339-361.
- Keenan, M. G. (1998). “A defence of ‘traditional’ accounting history research methodology”. *Critical Perspectives on Accounting* 9(6), pp. 641-666.
- Littleton, A. C. (1941). “A genealogy for ‘cost or market’”. *The Accounting Review* 16(2), pp. 161-167.
- Marques, A. H. O. (1977). *Para a História dos Seguros em Portugal: Notas e Documentos*. Lisboa: Arcádia.
- Marques, A. H. O., Coelho, A. P. e Marques, M. A. S. (1979). *História* (vol. 2). Lisboa: Ministério da Educação, Secretaria de Estado do Ensino Superior.
- Marques, A. H. O. (1998). *Breve História de Portugal* (3.^a ed.). Lisboa: Editorial Presença.
- Mata, M. E. e Valério, N. (2011). *The Concise Economic History of Portugal: a Comprehensive Guide*. Coimbra: Almedina.
- Mattoso, J. e Sousa, A. (1997). *História de Portugal – A Monarquia Feudal (1096-1480)* (vol. 2) (dir. José Mattoso). Lisboa: Estampa.
- Maxwell, K. (2004). *O Marquês de Pombal* (2.^a ed). Trad. do inglês por Saul Barata. Lisboa: Editorial Presença.
- Miller, P., Hopper, T. e Laughlin, R. (1991). “The new accounting history: an introduction”. *Accounting, Organizations and Society* 16(5/6), pp. 395-403.

- Mills, P. A. (1993). "Accounting history as a social science: a cautionary note". *Accounting, Organizations and Society* 18(7/8), pp. 801-803.
- Neves, J. A. (1827). *Noções Históricas, Económicas e Administrativas sobre a Produção e Manufatura das Sedas em Portugal e Particularmente sobre a Real Fábrica do Subúrbio do Rato e suas Anexas*. Lisboa: Impressão Régia.
- Pedreira, J. M. (1988). "Industrialização e flutuações económicas, preços, mercados e inovação tecnológica. Apontamentos e reflexões sobre o caso português (1670-1890)". In AA. VV. (1988). *Estudos e Ensaios em Homenagem a Vitorino Magalhães Godinho*. Lisboa: Sá da Costa (pp. 278-292).
- Pereira, J. M. (2009). "O arranque do ensino comercial no Porto oitocentista – pretextos e contextos". *Revista de Contabilidade e Finanças [Portugal]* 97, pp. 4-13.
- Pitt, T. (1760). "Observations in a Tour to Portugal and Spain". In *Thomas Pitt: Observações de uma Viagem a Portugal e Espanha (1760)*. Introd., Dir. Cient. e Coord. de Maria João Neto (2006). Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico (pp. 93-212).
- Ratton, J. (1813). *Recordações de Jacome Ratton sobre Ocorrências do seu Tempo em Portugal, Durante o Lapsos de Sessenta e Três Anos e Meio, aliás de Maio 1747 a Setembro de 1810*. Londres: H. Bryer.
- Rau, V. (1951). *A Casa dos Contos*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra - Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos.
- Raupp, F. M. e Beuren, I. M. (2006). "Metodologia da pesquisa aplicável às Ciências Sociais". In Beuren, I. M. (org.), Longaray, A. A., Raupp, F. M., Sousa, M. A. B., Colauto, R. D. e Porton, R. A. B. (2006). *Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade – Teoria e Prática* (3.ª ed.). São Paulo: Editora Atlas (pp. 76-97).
- Reill, P. H. e Wilson, E. J. (2004). "Portugal". In Reill, P. H. e Wilson, E. J. (2004). *Encyclopedia of the Enlightenment* (rev. ed.). New York: Facts on File (p. 468).
- Ribeiro, J. S. (1871). *História dos Estabelecimentos Científicos, Literários e Artísticos de Portugal nos Sucessivos Reinados da Monarquia* (tomo I). Lisboa: Academia Real das Ciências.
- Rodrigues, L. L. e Craig, R. (2004). "English mercantilist influences on the foundation of the Portuguese School of Commerce in 1759". *Atlantic Economic Journal* 32(4), pp. 329-345.
- Rodrigues, L. L. e Craig, R. (2009). "Teachers as servants of state ideology: Sousa and Sales, Portuguese School of Commerce, 1759-1784". *Critical Perspectives on Accounting* 20(3), pp. 379-398.
- Rodrigues, L. L. e Craig, R. (2010). "Os dois primeiros professores da Aula do Comércio e a ideologia do Estado". *Revista da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas* 126, pp. 44-55.
- Rodrigues, L. L., Gomes, D. e Craig, R. (2003a). "Corporatism, Liberalism and the accounting profession in Portugal since 1755". *The Accounting Historians Journal* 30(1), pp. 95-128.
- Rodrigues, L. L., Gomes, D. e Craig, R. (2003b). "Aula do Comércio: primeiro estabelecimento de ensino técnico profissional oficialmente criado no mundo?". *Revista da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas* 34, pp. 46-54.
- Rodrigues, L. L., Gomes, D. e Craig, R. (2004). "Portuguese School of Commerce, 1759-1844: a reflection of the 'Enlightenment'". *Accounting History* 9(3), pp. 53-71.
- Rodrigues, M. F. e Mendes, J. A. (1999). *História da Indústria Portuguesa: da Idade Média aos Nossos Dias*. Mem Martins: Europa-América.

- Sangster, A. (2010). “Luca Pacioli: o pai do ensino da Contabilidade”. Comunicação apresentada no *III Encontro de História da Contabilidade da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas*. Lisboa, 17 Jun.; Braga, 19 Jun., pp. 1-30.
- Sangster, A. e Scataglinibelghitar, G. (2010). “Luca Pacioli: the father of accounting education”. *Accounting Education: an International Journal* 19(4), pp. 423-438.
- Santana, F. G. (1985). “A Aula do Comércio de Lisboa: uma escola burguesa em Lisboa”. *Ler História* 4, pp. 19-30.
- Santana, F. G. (1987). “A Aula do Comércio de Lisboa. III – dos programas aos exames (Parte II)”. *Lisboa – Revista Municipal* (2.^a série) 19, pp. 41-54.
- Santos, C. F. (2002). “João Maria Policarpo May. Debuxador e lente da Aula de Desenho da Real Fábrica das Sedas”. *Ciências e Técnicas do Património* 1 (Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto), pp. 203-209.
- Saraiva, J. H. (1983). “Pombal e a experiência da autoridade”. In Saraiva, J. H. (dir.). *História de Portugal* (vol. 5). Lisboa: Publicações Alfa, pp. 83-111.
- Saraiva, J. H. (2003). *História Concisa de Portugal* (22.^a ed.). Mem Martins: Europa-América.
- Serrão, J. V. [Joaquim Veríssimo] (1982). *O Marquês de Pombal – o Homem, o Diplomata e o Estadista*. Lisboa: Câmara Municipal; Oeiras: Câmara Municipal; Pombal: Câmara Municipal.
- Serrão, J. V. [Joaquim Veríssimo] (1996). *História de Portugal. O Despotismo Iluminado (1750-1807)* (vol. VI) (5.^a ed.). Lisboa: Editorial Verbo.
- Serrão, J. V. [José Vicente] (1986). “Pensamento económico e política económica no período pombalino. O caso de Ribeiro Sanches”. *Ler História* 9, pp. 3-39.
- Silverman, D. (2001). *Interpreting Qualitative Data: Methods for Analysing Talk, Text and Interaction* (2nd ed.). London: SAGE.
- Sousa, F. e Pereira, C. (2008). *O Brasil, o Douro e a Real Companhia Velha (1756-1834)*. Porto: CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade.
- Sousa, F., Vieira, F. e Dias, J. (2003). “A administração da Companhia Geral de Agricultura das Vinhas do Alto Douro (1756-1852)”. *População e Sociedade* 10, pp. 299-339.
- Stake, R. E. (2012). *A Arte da Investigação com Estudos de Caso* (3.^a ed.). Trad. do inglês por Ana Maria Chaves. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Stone, L. (1979). “The revival of narrative: reflections on a new old history”. *Past and Present* 85 (November), pp. 3-24.
- Torgal, L. (1982). “Nota introdutória acerca do significado do Pombalismo”. *Revista de História das Ideias* 4 (n.º especial - O Marquês de Pombal e o seu tempo). Tomo I, pp. 7-17.
- Vázquez Jiménez, L. (1997). “Espagne et Portugal”. In Delon, M. (dir.) (1997). *Dictionnaire Européen des Lumières*. Paris: P.U.F.. (pp. 416-426).
- Vieira, R., Major, M. J. e Robalo, R. (2009). “Investigação qualitativa em Contabilidade”. In Major, M. J. e Vieira, R. (eds.) (2009). *Contabilidade e Controlo de Gestão - Teoria, Metodologia e Prática*. Lisboa: Escolar Editora (pp. 131-163).
- Walker, S. P. (2008). “Innovation, convergence and argument without end in accounting history”. *Accounting, Auditing and Accountability Journal* 21(2), pp. 296-322.
- Wolff, S. (2004). “Analysis of documents and records”. In Flick, U., Kardorff, E. V. e Steinke, I. (eds.) (2004). *A Companion to Qualitative Research*. London: SAGE (pp. 284-290).
- Yin, R. K. (2009). *Case Study Research - Design and Methods* (4th ed.). Los Angeles: SAGE.